

**PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
EDITAL Nº 140/PMJ/2026**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaru
Superintendência de Licitações e Contratos

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, visando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS.**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 11.947,18 (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 29/10/2026 às 10h10min. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por **Lote**.

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
(X) Sim / () Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS
() Sim / (X) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA
() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA
Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
ANEXO III – Ata de Registro de Preço;
ANEXO IV – Termo de Compromisso;
ANEXO V – Modelo de declaração para ME e EPP; e
ANEXO VI - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;

Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/PMJ/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13549/PMJ/2026
MENOR PREÇO POR LOTE****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 14/10/2026, com início às 10h00min.
FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:	Às 09h59min, do dia 29/10/2026.
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 29/10/2026, com início às 10h00min.
INÍCIO DO PREGÃO:	Dia 29/10/2026, com início às 10h10min. (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços visando a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

LOTE 1					
Item	Descrição	Qtde	Und	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 15 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 85 e 110 cm, largura entre 35 e 60 cm e profundidade aproximada entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente	2,00	UN	161,52	323,04
2	CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 30 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 50 e 70 cm, largura entre 25 e 40 cm e profundidade entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste	2,00	UN	194,94	389,88

LOTE 1					
	adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente				
3	CAPA DE PROTEÇÃO PARA EMBARCAÇÃO COM APROXIMADAMENTE 6 METROS de comprimento, confeccionada em lona náutica impermeável, com tratamento antifúngico e resistência a raios UV, dotada de sistema de ventilação ou respiro para evitar acúmulo de umidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Náutica Camuflada, Multicap Náutica ou equivalente	4,00	UN	708,89	2.835,56
4	BANCO GIRATÓRIO DOBRÁVEL PARA EMBARCAÇÃO, indicado para barcos de aproximadamente 5 a 6 metros, com estrutura em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva ou alumínio naval, e assento em PVC náutico, courvin náutico ou material sintético impermeável com tratamento UV e antifúngico. Dimensões aproximadas do assento: largura entre 40 e 50 cm e profundidade entre 35 e 45 cm, admitindo variação conforme fabricante. Dotado de sistema de rotação de 360° e estrutura dobrável ou retrátil. MARCA DE REFERÊNCIA Narciso Pesca, Riomar, Metalglass ou equivalente	10,00	UN	450,00	4.500,00
Valor Total: R\$ 8.048,48					

LOTE 2					
Item	Descrição	Qtde	Und	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO PARA MOTORES DE POPA 2 TEMPOS, atendendo ao padrão TC-W3 (NMMA), formulado com aditivos antioxidantes, anticorrosivos e antidesgaste, adequado para uso em motores refrigerados a água. Deverá proporcionar proteção contra oxidação, formação de depósitos e desgaste prematuro dos componentes internos do motor. Embalagem individual de 1 (um) litro, lacrada de fábrica, contendo identificação do fabricante, especificações técnicas e prazo de validade. O óleo lubrificante náutico deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total informado pelo fabricante, contado a partir da data de fabricação. MARCA DE REFERÊNCIA Brilub, Lubrax, Texaco Marine ou equivalente	12,00	UN	82,74	992,88
2	CARRINHO DESMONTÁVEL DESTINADO AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MOTORES DE POPA DE ATÉ 30 HP, com estrutura em aço tubular de alta resistência (aproximadamente 7/8), dotado de acabamento anticorrosivo. Deverá ser equipado com duas rodas em polipropileno ou material equivalente, resistentes ao desgaste, bem como manoplas emborrachadas ou revestidas, visando melhor ergonomia no manuseio. O equipamento deverá possuir sistema desmontável por meio de parafusos ou dispositivo equivalente, permitindo montagem e desmontagem para fins	2,00	UN	354,05	708,10

LOTE 2					
	de transporte e armazenamento. Deverá dispor de sistema de apoio firme para fixação do motor, garantindo estabilidade e segurança durante o transporte e armazenamento. Dimensões aproximadas do carrinho montado: comprimento de 60 cm, largura de 63 cm e altura de 102 cm, admitindo variações conforme fabricante, desde que não comprometam a funcionalidade, estabilidade e segurança do equipamento. A capacidade estrutural deverá ser compatível com o peso de motores de popa de até 30 HP, sem apresentar deformações ou falhas durante o uso normal. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração.				
	MARCA DE REFERÊNCIA GR Carrinhos, Summer, Pesca Náutica ou equivalente				
3	HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 15 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 1/4 x passo 9, compatível com motores Hidea ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural.	4,00	UN	204,75	819,00
	MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente				
4	HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 30 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 7/8 x passo 12-F, compatível com motores Anmax ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural.	4,00	UN	344,68	1.378,72
	MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente				
Valor Total: 3.898,70					

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Site Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nos lotes submetidos à ampla concorrência será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observados os procedimentos e prazos definidos na legislação e no Edital.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **LOTE**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Fornecer os materiais conforme as especificações, quantidades, marcas de referência ou equivalentes, padrões mínimos de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta aceita e na respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

6.1.2. Entregar os materiais no local indicado pela Administração, dentro do prazo estabelecido, arcando com todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos incidentes.

6.1.3. Fornecer produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de conservação, funcionamento e utilização, livres de defeitos, avarias, vícios, danos aparentes ou ocultos, e adequados à finalidade a que se destinam.

6.1.4. Garantir que os produtos ofertados como equivalentes ou superiores às marcas de referência atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, apresentando, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, manual, declaração do fabricante ou documento equivalente.

6.1.5. Responsabilizar-se pela compatibilidade das hélices, capas, acessórios e demais itens com os motores, embarcações e equipamentos indicados pela Administração, promovendo a substituição do item incompatível, quando constatada desconformidade, sem ônus para a Contratante.

6.1.6. Fornecer o óleo lubrificante náutico em embalagem original, lacrada, identificada pelo fabricante, com especificação técnica, tipo de aplicação, data de fabricação e prazo de validade, observando o prazo mínimo de validade remanescente exigido neste Termo de Referência.

6.1.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica ou qualquer irregularidade constatada pela fiscalização, no prazo fixado pela Administração.

6.1.8. Comunicar à Contratante, por escrito, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa antes do vencimento do prazo, para análise da Administração.

6.1.9. Manter, durante o fornecimento, as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, quando aplicável.

6.1.10. Responder pelos danos comprovadamente causados à Administração ou a terceiros em razão de defeito do produto, entrega inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas, nos limites da legislação aplicável.

6.1.11. Indicar e manter atualizados, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, endereço eletrônico, telefone, número de WhatsApp institucional ou outro meio formal de comunicação, bem como nome do representante com poderes para receber notificações, comunicações e solicitações da Administração.

6.1.12. Cumprir as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis aos produtos fornecidos, especialmente quanto à qualidade, identificação, embalagem, validade, transporte e garantia dos materiais.

6.1.13. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a administração de quaisquer ônus e responsabilidades;

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Proporcionar à Contratada as informações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais, especialmente quanto ao local, horário de entrega e demais condições previstas neste Termo de Referência.

6.2.2. Receber os materiais provisoriamente, por meio do fiscal, responsável pelo almoxarifado ou comissão designada, para verificação inicial da conformidade com a Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, proposta apresentada e especificações constantes deste Termo de Referência.

6.2.3. Realizar a conferência dos materiais entregues, verificando quantidade, qualidade, compatibilidade, integridade, documentação técnica eventualmente exigida e atendimento às especificações previstas neste instrumento.

6.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra desconformidade que comprometa sua utilização.

6.2.5. Comunicar formalmente à Contratada eventuais falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos materiais entregues, fixando prazo razoável para substituição, correção ou regularização, sem ônus para a Administração.

6.2.6. Efetuar o recebimento definitivo dos materiais após a verificação de conformidade com as exigências deste Termo de Referência e da proposta aceita.

6.2.7. Efetuar o pagamento devido à Contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a regular liquidação da despesa, a apresentação da documentação fiscal pertinente e a ordem cronológica de pagamentos.

6.2.8. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade da Contratada pela qualidade, conformidade e adequação dos materiais fornecidos.

6.2.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. PRAZO DE ENTREGA

7.1.1. O fornecimento e a entrega do objeto contratado deverão ser efetuados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, aplicável às empresas sediadas dentro ou fora do Estado, contados a partir do recebimento da respectiva **Nota de Empenho ou do Instrumento Contratual**, se houver. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que a solicitação seja formalmente justificada pela contratada, analisada e expressamente aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação da necessidade, sem prejuízo do interesse público.

7.2. FORMA DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelno Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

7.3.4. Em caso de materiais que precisam ser substituídos, o prazo para recebimento definitivo só será computado após a substituição dos materiais e poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, incompatibilidades, desconformidades ou obrigações de garantia identificadas posteriormente, observados os prazos e condições previstos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, quando aplicável, e atender integralmente às especificações, dimensões, características funcionais, condições de compatibilidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.4.2. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação e utilização, sem avarias, defeitos, deformações, sinais de uso ou quaisquer características que comprometam sua funcionalidade, resistência, segurança ou finalidade.

7.4.3. Quando a especificação admitir produto equivalente às marcas utilizadas como referência, a equivalência será aferida mediante comparação objetiva com as características técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4.4. Caso sejam constatados vícios, defeitos, incompatibilidades ou desconformidades, inclusive aqueles identificados somente durante a instalação ou utilização do produto, a Contratada deverá promover sua substituição ou regularização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.4.5. Os produtos deverão observar, quando aplicável, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e demais normas técnicas e legais pertinentes.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Administração, ou por seu respectivo substituto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.2. A fiscalização verificará o cumprimento das condições previstas neste Termo de Referência, na proposta aceita, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento e nos demais instrumentos que formalizem a contratação.

7.5.3. Serão conferidos, conforme aplicável a cada item, quantidade, marca, modelo, dimensões, material de fabricação, características funcionais, integridade, prazo de validade, garantia e compatibilidade com os motores e embarcações pertencentes à Administração.

7.5.4. Quando necessário, poderão ser realizados testes ou verificações de encaixe, ajuste e funcionamento antes do recebimento definitivo, especialmente para capas, hélices e demais produtos cuja conformidade dependa da compatibilidade com equipamentos existentes.

7.5.5. Os produtos em desconformidade serão rejeitados, cabendo à Contratada promover sua substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

7.5.6. O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela Administração não excluirão nem reduzirão a responsabilidade da Contratada pela qualidade, adequação e compatibilidade dos produtos fornecidos.

7.6. COMPATIBILIDADE DAS CAPAS DE PROTEÇÃO PARA MOTORES E EMBARCAÇÃO

7.6.1. As capas de proteção a serem fornecidas deverão ser compatíveis com os motores de popa e embarcações pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, devendo atender às condições de uso em ambiente externo e exposição a intempéries.

I - Capas para motores de popa:

a) deverão ser compatíveis com motores de popa de até 15 HP e até 30 HP, considerando as dimensões e formatos dos equipamentos utilizados pela Administração;

b) deverão ser confeccionadas em lona náutica, poliéster com revestimento em PVC ou material equivalente, com características impermeáveis;

c) deverão possuir resistência à exposição solar (raios UV), poeira e umidade;

d) deverão dispor de sistema de fixação adequado, podendo ser por elástico, cordão ajustável, velcro ou mecanismo equivalente, que assegure ajuste firme ao equipamento;

e) poderão apresentar variação dimensional, desde que não comprometam a funcionalidade, proteção e adequação ao uso;

f) poderão possuir forro interno ou acabamento acolchoado, desde que mantida a impermeabilidade.

II - Capas para embarcação:

a) deverão ser compatíveis com embarcações de aproximadamente 6 metros de comprimento;

- b) deverão ser confeccionadas em material impermeável, resistente a raios UV e com tratamento antifúngico;
- c) deverão possuir sistema de ventilação ou respiro, visando evitar acúmulo de umidade;
- d) deverão garantir proteção contra poeira, chuva e exposição solar.

7.6.2. O fornecedor deverá garantir a compatibilidade das capas com os equipamentos utilizados pela Administração, responsabilizando-se pela substituição dos itens que não se ajustarem adequadamente, sem ônus à Administração.

7.6.3. Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou imagem do produto ofertado.

7.6.4. A não conformidade quanto à funcionalidade, ajuste ou qualidade do material implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.7. COMPATIBILIDADE DAS HÉLICES COM OS MOTORES DE POPA

7.7.1. As hélices a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, sendo:

- I - Motor de popa 15 HP, marca Hidea;
- II - Motor de popa 30 HP, marca Anmax.

7.7.2. As hélices deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- a) fabricação em material resistente adequado ao uso náutico (ex.: alumínio naval ou equivalente);
- b) configuração compatível com motores de popa de 3 pás;
- c) dimensões aproximadas de diâmetro e passo (pitch) conforme especificado no Termo de Referência;
- d) sistema de fixação compatível com o eixo do motor.

7.7.3. O fornecedor deverá garantir a plena compatibilidade das hélices com os motores indicados, responsabilizando-se integralmente pela substituição do item, sem ônus à Administração, caso seja constatada incompatibilidade no momento da instalação ou uso.

7.7.4. Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou declaração formal de compatibilidade emitida pelo fornecedor.

7.7.5. A Administração poderá, ainda, realizar verificação prévia da compatibilidade antes do recebimento definitivo do material.

7.7.6. O não atendimento aos requisitos de compatibilidade implicará recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

10.2. DA LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. conter vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.16. DA COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

12.16.1. Para fins de análise da aceitabilidade da proposta, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando expressamente exigido pelo pregoeiro, documentação técnica suficiente para permitir a identificação do produto ofertado e a verificação objetiva de sua conformidade.

12.16.2. Poderão ser apresentados catálogos, fichas técnicas, manuais, páginas oficiais do fabricante, imagens acompanhadas das respectivas especificações ou documentos técnicos equivalentes.

12.16.3. A documentação deverá guardar correspondência com a marca, fabricante, modelo ou referência informada na proposta.

12.16.4. Para as capas de proteção e hélices, poderá ser exigida documentação que permita verificar as características dimensionais, materiais empregados e compatibilidade com os motores ou embarcações pertencentes à frota municipal.

12.16.5. Para o óleo lubrificante náutico, deverá ser possível verificar o atendimento ao padrão TC-W3 ou equivalente previsto na especificação.

12.16.6. A documentação prevista neste item constitui requisito de análise da proposta e não documento de habilitação.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a).

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de

sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 ([arts. 17 a 19 e 165](#)).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista;

- a)** Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b)** Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c)** Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d)** Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.20. DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

13.20.1. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns e de baixa complexidade operacional, cujas características e requisitos de qualidade podem ser aferidos objetivamente por meio das especificações, documentação técnica e verificação dos produtos entregues, não será exigida apresentação de atestados de capacidade técnica.

13.20.2. A dispensa da exigência busca evitar a imposição de condição de habilitação desnecessária ou desproporcional ao objeto, preservando a competitividade e a ampla participação no certame, sem prejuízo da obrigação do fornecedor de comprovar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida nadada de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

e) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

f) Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

13.22. Das Declarações:

a) Termo de Compromisso (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.23.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: supel@jaru.ro.gov.br, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se for o caso.

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 09 de outubro de 2026.



Ivanilda Lucas de Andrade
PREGOEIRO

Elaborado por: Willian Sales Silva
Assessor Executivo de Licitações

**ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS, visando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, pertencente a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE 1						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr.Total
1	004.015.802	CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 15 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 85 e 110 cm, largura entre 35 e 60 cm e profundidade aproximada entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente	2,00	UN	161,52	323,04
2	004.015.803	CAPA DE PROTEÇÃO PARA MOTOR DE POPA ATÉ 30 HP, confeccionada em lona náutica em poliéster com revestimento em PVC ou material emborrachado equivalente, com no mínimo duas camadas, impermeável, resistente à exposição solar (raios UV), poeira e umidade. Compatível com motores com dimensões aproximadas de altura entre 50 e 70 cm, largura entre 25 e 40 cm e profundidade entre 20 e 35 cm, admitindo variação conforme fabricante e modelo. Dotada de sistema de fixação por elástico, cordão ajustável ou velcro, permitindo ajuste adequado ao motor. O material poderá ser forrado internamente ou possuir acabamento acolchoado, visando proteção contra riscos e impactos leves, sem prejuízo da impermeabilidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Ativa Náutica, Multicap Náutica ou equivalente	2,00	UN	194,94	389,88
3	004.015.804	CAPA DE PROTEÇÃO PARA EMBARCAÇÃO COM APROXIMADAMENTE 6 METROS de comprimento, confeccionada em lona náutica impermeável, com tratamento antifúngico e resistência a raios UV, dotada de sistema de ventilação ou respiro para evitar acúmulo de umidade. MARCA DE REFERÊNCIA Jogá Náutica, Náutica	4,00	UN	708,89	2.835,56

LOTE 1						
4	004.015.805	Camuflada, Multicap Náutica ou equivalente BANCO GIRATÓRIO DOBRÁVEL PARA EMBARCAÇÃO, indicado para barcos de aproximadamente 5 a 6 metros, com estrutura em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva ou alumínio naval, e assento em PVC náutico, courvin náutico ou material sintético impermeável com tratamento UV e antifúngico. Dimensões aproximadas do assento: largura entre 40 e 50 cm e profundidade entre 35 e 45 cm, admitindo variação conforme fabricante. Dotado de sistema de rotação de 360° e estrutura dobrável ou retrátil. MARCA DE REFERÊNCIA Narciso Pesca, Riomar, Metalglass ou equivalente	10,00	UN	450,00	4.500,00
Valor Total: R\$ 8.048,48						

LOTE 2						
Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr.Total
1	004.015.806	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO PARA MOTORES DE POPA 2 TEMPOS, atendendo ao padrão TC-W3 (NMMA), formulado com aditivos antioxidantes, anticorrosivos e antidesgaste, adequado para uso em motores refrigerados a água. Deverá proporcionar proteção contra oxidação, formação de depósitos e desgaste prematuro dos componentes internos do motor. Embalagem individual de 1 (um) litro, lacrada de fábrica, contendo identificação do fabricante, especificações técnicas e prazo de validade. O óleo lubrificante náutico deverá possuir, no momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total informado pelo fabricante, contado a partir da data de fabricação. MARCA DE REFERÊNCIA Brilub, Lubrax, Texaco Marine ou equivalente	12,00	UN	82,74	992,88
2	005.004.128	CARRINHO DESMONTÁVEL DESTINADO AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE MOTORES DE POPA DE ATÉ 30 HP, com estrutura em aço tubular de alta resistência (aproximadamente 7/8), dotado de acabamento anticorrosivo. Deverá ser equipado com duas rodas em polipropileno ou material equivalente, resistentes ao desgaste, bem como manoplas emborrachadas ou revestidas, visando melhor ergonomia no manuseio. O equipamento deverá possuir sistema desmontável por meio de parafusos ou dispositivo equivalente, permitindo montagem e desmontagem para fins de transporte e armazenamento. Deverá dispor de sistema de apoio firme para fixação do motor, garantindo estabilidade e segurança durante o transporte e armazenamento. Dimensões aproximadas do carrinho montado: comprimento de 60 cm, largura de 63 cm e altura de 102 cm, admitindo variações conforme fabricante, desde que não	2,00	UN	354,05	708,10

LOTE 2						
		comprometam a funcionalidade, estabilidade e segurança do equipamento. A capacidade estrutural deverá ser compatível com o peso de motores de popa de até 30 HP, sem apresentar deformações ou falhas durante o uso normal. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração.				
		MARCA DE REFERÊNCIA GR Carrinhos, Summer, Pesca Náutica ou equivalente				
3	004.015.807	HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 15 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 1/4 x passo 9, compatível com motores Hidea ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural.	4,00	UN	204,75	819,00
		MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente				
4	004.015.808	HÉLICE PARA MOTOR DE POPA 30 HP, em liga de alumínio naval, 3 pás, diâmetro aproximado 9 7/8 x passo 12-F, compatível com motores Anmax ou equivalente. A hélice deverá possuir sistema de fixação compatível com o eixo estriado dos motores de popa pertencentes à frota municipal, devendo o fornecedor garantir a plena compatibilidade com os modelos atualmente utilizados pela Secretaria. O produto deverá possuir garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, não abrangendo danos decorrentes de uso inadequado, impactos ou desgaste natural.	4,00	UN	344,68	1.378,72
		MARCA DE REFERÊNCIA Maranello, Sorabo, Solas ou equivalente				
Valor Total: 3.898,70						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1. DA MARCAS DE REFERÊNCIA

As marcas eventualmente indicadas nas especificações dos itens possuem caráter meramente referencial, sendo utilizadas exclusivamente como parâmetro de qualidade, desempenho e padrão técnico, sem qualquer obrigatoriedade de fornecimento de marca específica.

A indicação de marcas fundamenta-se no **art. 41, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133/2021**, sendo adotada como forma de melhor caracterizar o objeto, mediante a utilização de referências de mercado amplamente reconhecidas, com o objetivo de assegurar a adequada compreensão das especificações técnicas e o padrão mínimo de qualidade esperado.

O fornecedor deverá comprovar a equivalência do produto ofertado por meio de catálogo técnico, ficha do fabricante, manual ou documentação equivalente, quando solicitado pela Administração.

A Administração poderá recusar produtos que, mesmo declarados equivalentes, não atendam aos requisitos técnicos, de qualidade, durabilidade ou desempenho adequado à finalidade pretendida, sendo o fornecedor responsável pela substituição do item, sem ônus.

O não atendimento às especificações técnicas implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

Tal referência não restringe a competitividade do certame, sendo plenamente admitida a oferta de produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações técnicas descritas e sejam compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal.

A adoção de marcas como referência visa facilitar a compreensão do objeto por parte dos fornecedores, bem como assegurar que os produtos ofertados possuam padrão mínimo de qualidade, durabilidade e desempenho, garantindo a adequada manutenção e funcionamento das embarcações utilizadas nas atividades operacionais do município.

Dessa forma, qualquer produto compatível com as especificações técnicas estabelecidas será aceito, observando-se os princípios da isonomia, competitividade e economicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a referência às marcas não constitui direcionamento de contratação, servindo apenas como parâmetro de qualidade, sendo admitida a participação de quaisquer fabricantes que apresentem produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas.

1.2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO POR LOTE

A presente contratação foi estruturada em lotes, com fundamento no art. 40, inciso V, alínea "b", §§ 2º e 3º, inciso I, e no art. 82, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza dos produtos, sua afinidade funcional, os reduzidos quantitativos e valores individuais, bem como a necessidade de assegurar a economicidade, a eficiência administrativa e a competitividade do procedimento licitatório. A organização proposta busca conciliar o princípio do parcelamento com as vantagens decorrentes da aquisição conjunta de materiais relacionados, evitando a fragmentação excessiva do objeto quando esta puder resultar em maiores custos operacionais e dificuldades na gestão dos fornecimentos.

O **Lote 01**, com valor estimado de R\$ 8.048,48, reúne acessórios destinados à proteção, conservação e utilização das embarcações e motores de popa pertencentes à SEMEAGRO, compreendendo capas de proteção para motores de 15 HP e 30 HP, capas para embarcações e bancos giratórios dobráveis. O agrupamento considera a afinidade funcional desses produtos, destinados à equipagem e à preservação das embarcações municipais, possibilitando o atendimento conjunto de necessidades relacionadas à proteção e à utilização dos bens. A reunião desses itens busca racionalizar o fornecimento, facilitar o acompanhamento das entregas e reduzir a dispersão de aquisições de pequenas quantidades, sem exigir identidade de fabricante ou marca entre os produtos.

O **Lote 02**, com valor estimado de R\$ 3.898,70, compreende óleo lubrificante náutico, carrinhos para transporte e armazenamento de motores de popa e hélices compatíveis com motores de 15 HP e 30 HP. Embora possuam características específicas, esses materiais apresentam correlação funcional por se destinarem à conservação, movimentação e funcionamento dos motores utilizados pela Secretaria. O agrupamento considera, especialmente, os reduzidos quantitativos e valores individuais dos produtos, buscando tornar o fornecimento economicamente mais atrativo, mediante a concentração de demandas relacionadas aos motores de popa, com possibilidade de racionalização dos custos de transporte, distribuição e atendimento das solicitações da Administração.

Sob o aspecto econômico e operacional, a contratação apresenta valor global estimado de R\$ 11.947,18, distribuído entre oito itens, alguns com quantitativos de apenas duas ou quatro unidades. Considerando que a aquisição ocorrerá por meio do Sistema de Registro de Preços, com fornecimentos conforme a necessidade da Secretaria, a adjudicação individualizada poderá resultar na multiplicação de fornecedores, entregas, procedimentos administrativos e custos logísticos para aquisições de pequeno valor. Nesse contexto, o agrupamento busca proporcionar maior eficiência na operacionalização dos fornecimentos e reduzir os riscos de desinteresse comercial por itens isolados de baixa expressão econômica, preservando a adequada utilização dos recursos públicos.

A formação dos lotes também considera que os materiais serão destinados à mesma estrutura administrativa e entregues no Almoxarifado Central do Município, permitindo maior organização no recebimento, na conferência e na fiscalização dos produtos. Essas condições favorecem a racionalização administrativa, especialmente diante da previsão de aquisições parceladas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, sem implicar obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

Quanto à competitividade, os agrupamentos foram definidos com base na finalidade e na correlação funcional dos materiais, sem exigência de que sejam produzidos pelo mesmo fabricante ou pertençam à mesma marca, admitindo-se produtos equivalentes que atendam às especificações técnicas estabelecidas. A divisão em dois lotes, em vez da reunião integral do objeto, busca preservar a possibilidade de participação de fornecedores com atuação nos respectivos segmentos de acessórios e materiais náuticos, evitando a concentração de todos os itens em um único agrupamento e permitindo a disputa independente de cada lote.

A adoção do julgamento pelo **menor preço global por lote** busca, portanto, conciliar as vantagens administrativas e econômicas do fornecimento conjunto com a preservação da competitividade, considerando que a adjudicação por item, embora tecnicamente possível, poderá apresentar menor eficiência econômica diante dos baixos quantitativos, dos valores individuais reduzidos e da possibilidade de multiplicação dos custos associados a fornecimentos independentes. Para fins de julgamento, deverão ser observados os preços unitários máximos aceitáveis previstos no instrumento convocatório, em conformidade com o art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como as condições legais aplicáveis à eventual contratação isolada de itens integrantes dos lotes.

Dessa forma, a organização proposta fundamenta-se na busca pela economicidade, na racionalização dos procedimentos de aquisição e na redução dos custos de gestão e fornecimento, considerando as particularidades do objeto e as necessidades operacionais da SEMEAGRO, em consonância com o art. 40, § 2º, incisos I, II e III, e § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A manutenção dos agrupamentos deverá observar a efetiva vantajosidade técnica e econômica da solução e a preservação de condições adequadas de competição, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **R\$ 11.947,18 (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

2.1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida aquisição visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas de transporte, proteção, conservação e utilização das duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa pertencentes à Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente – SEMEAGRO. Esses bens são empregados em atividades de fiscalização e monitoramento ambiental no Rio Jaru, apoio à Defesa Civil Municipal em situações emergenciais, especialmente durante períodos de enchentes, bem como em ações de orientação e atendimento em áreas ribeirinhas e demais ocorrências relacionadas à proteção ambiental e à segurança coletiva.

Além dessas atividades, as embarcações também são utilizadas no suporte logístico a eventos náuticos, ações institucionais e iniciativas voltadas à promoção do turismo ambiental no Município, a exemplo do evento Barco Cross. Nesse contexto, a aquisição dos materiais e equipamentos necessários mostra-se indispensável para assegurar maior segurança operacional, adequado acondicionamento dos bens públicos e proteção contra fatores que possam causar desgaste, deterioração ou danos, como exposição ao sol, chuva, poeira e condições adversas durante o transporte e armazenamento.

A ausência desses materiais pode comprometer a segurança no transporte e utilização das embarcações e motores, acelerar o desgaste dos equipamentos, reduzir sua vida útil e ocasionar despesas futuras com manutenções corretivas ou reposições. Dessa forma, a aquisição pretende preservar o patrimônio público, reduzir riscos de danos, promover economicidade e garantir a continuidade e eficiência das atividades desenvolvidas pela SEMEAGRO e pela Defesa Civil Municipal, assegurando condições adequadas para a prestação dos serviços de interesse coletivo.

3.1. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO.

3.2. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

A estimativa foi definida com base na necessidade de equipar integralmente as duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa, (ID 3492614), (ID 3609002) e (ID 3544743), pertencentes à Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO.

Por se tratar da primeira aquisição desses materiais, não há histórico de consumo anterior que sirva de parâmetro comparativo. Dessa forma, a previsão foi dimensionada considerando a equipagem inicial completa dos bens, bem como a formação de reserva técnica proporcional e razoável, destinada a assegurar a continuidade do serviço público.

Para os itens de natureza permanente e sujeitos a desgaste acelerado - como as capas - foi prevista reserva técnica correspondente, em média, a 100% dos bens atualmente em uso, considerando a exposição contínua a intempéries (sol intenso, chuva, umidade e poeira), o transporte em estradas vicinais e o risco de avarias operacionais. A reserva visa permitir substituição imediata em caso de dano ou desgaste, evitando paralisação das atividades de fiscalização ambiental e de apoio emergencial à Defesa Civil, bem como prevenindo a necessidade de contratação emergencial futura.

Quanto ao óleo lubrificante náutico, a estimativa foi calculada com base na utilização de dois motores de popa 2 tempos, considerando média de duas saídas mensais por embarcação durante o período de cheia do Rio Jaru, com consumo aproximado de 1 (um) litro por motor ao mês. A previsão anual contempla o consumo estimado para o período operacional, acrescido de margem de segurança destinada ao atendimento de situações emergenciais da Defesa Civil, eventuais ampliações de operação e prevenção de desabastecimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Os quantitativos dos bancos para embarcação, carrinhos para transporte de motores e hélices deverão corresponder à necessidade efetivamente identificada para equipagem dos bens existentes e, quando houver previsão de unidades destinadas à reserva técnica, esta deverá estar justificada em função da criticidade do item, possibilidade de desgaste ou avaria, dificuldade de reposição imediata e necessidade de continuidade das atividades operacionais.

A estimativa adotada observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e continuidade do serviço público, não caracterizando superdimensionamento, mas sim planejamento preventivo e gestão responsável do patrimônio público.

3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na aquisição dos materiais e equipamentos necessários à adequada proteção, acondicionamento, transporte e conservação das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à SEMEAGRO, considerando todas as etapas de seu ciclo de vida, desde o recebimento e utilização até a conservação e eventual substituição ao final de sua vida útil. A contratação busca assegurar maior durabilidade dos bens, reduzir a exposição a intempéries, minimizar riscos de avarias durante o transporte e armazenamento, diminuir a necessidade de manutenções corretivas e preservar o patrimônio público, garantindo condições adequadas de uso nas atividades de fiscalização ambiental, apoio à Defesa Civil e demais ações institucionais desenvolvidas pelo Município.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, quando aplicável, e atender integralmente às especificações, dimensões, características funcionais, condições de compatibilidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação e utilização, sem avarias, defeitos, deformações, sinais de uso ou quaisquer características que comprometam sua funcionalidade, resistência, segurança ou finalidade.

Quando a especificação admitir produto equivalente às marcas utilizadas como referência, a equivalência será aferida mediante comparação objetiva com as características técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

Caso sejam constatados vícios, defeitos, incompatibilidades ou desconformidades, inclusive aqueles identificados somente durante a instalação ou utilização do produto, a Contratada deverá promover sua substituição ou regularização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os produtos deverão observar, quando aplicável, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e demais normas técnicas e legais pertinentes.

5.2. EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Poderão participar da licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus Anexos e estiverem habilitados para participação da mesma, desde que: desempenhe atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Pregão; atenda aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos do Edital.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos no edital e anexos poderá acarretar desclassificação da empresa.

5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. FORMA DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelino Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.2. PRAZO DE ENTREGA

O fornecimento e a entrega do objeto contratado deverão ser efetuados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, aplicável às empresas sediadas dentro ou fora do Estado, contados a partir do recebimento da respectiva **Nota de Empenho ou do Instrumento Contratual**, se houver. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que a solicitação seja formalmente justificada pela contratada, analisada e expressamente aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação da necessidade, sem prejuízo do interesse público.

6.3. COMPATIBILIDADE DAS CAPAS DE PROTEÇÃO PARA MOTORES E EMBARCAÇÃO

As capas de proteção a serem fornecidas deverão ser compatíveis com os motores de popa e embarcações pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, devendo atender às condições de uso em ambiente externo e exposição a intempéries.

I - Capas para motores de popa:

a) deverão ser compatíveis com motores de popa de até 15 HP e até 30 HP, considerando as dimensões e formatos dos equipamentos utilizados pela Administração;

- b) deverão ser confeccionadas em lona náutica, poliéster com revestimento em PVC ou material equivalente, com características impermeáveis;
- c) deverão possuir resistência à exposição solar (raios UV), poeira e umidade;
- d) deverão dispor de sistema de fixação adequado, podendo ser por elástico, cordão ajustável, velcro ou mecanismo equivalente, que assegure ajuste firme ao equipamento;
- e) poderão apresentar variação dimensional, desde que não comprometam a funcionalidade, proteção e adequação ao uso;
- f) poderão possuir forro interno ou acabamento acolchoado, desde que mantida a impermeabilidade.

II - Capas para embarcação:

- a) deverão ser compatíveis com embarcações de aproximadamente 6 metros de comprimento;
- b) deverão ser confeccionadas em material impermeável, resistente a raios UV e com tratamento antifúngico;
- c) deverão possuir sistema de ventilação ou respiro, visando evitar acúmulo de umidade;
- d) deverão garantir proteção contra poeira, chuva e exposição solar.

O fornecedor deverá garantir a compatibilidade das capas com os equipamentos utilizados pela Administração, responsabilizando-se pela substituição dos itens que não se ajustarem adequadamente, sem ônus à Administração.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou imagem do produto ofertado.

A não conformidade quanto à funcionalidade, ajuste ou qualidade do material implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

6.4. COMPATIBILIDADE DAS HÉLICES COM OS MOTORES DE POPA

As hélices a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, sendo:

- I - Motor de popa 15 HP, marca Hidea;
- II - Motor de popa 30 HP, marca Anmax.

As hélices deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- a) fabricação em material resistente adequado ao uso náutico (ex.: alumínio naval ou equivalente);
- b) configuração compatível com motores de popa de 3 pás;
- c) dimensões aproximadas de diâmetro e passo (pitch) conforme especificado no Termo de Referência;
- d) sistema de fixação compatível com o eixo do motor.

O fornecedor deverá garantir a plena compatibilidade das hélices com os motores indicados, responsabilizando-se integralmente pela substituição do item, sem ônus à Administração, caso seja constatada incompatibilidade no momento da instalação ou uso.

Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou declaração formal de compatibilidade emitida pelo fornecedor.

A Administração poderá, ainda, realizar verificação prévia da compatibilidade antes do recebimento definitivo do material.

O não atendimento aos requisitos de compatibilidade implicará recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

6.5. FISCALIZAÇÃO

O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Administração, ou por seu respectivo substituto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização verificará o cumprimento das condições previstas neste Termo de Referência, na proposta aceita, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento e nos demais instrumentos que formalizem a contratação.

Serão conferidos, conforme aplicável a cada item, quantidade, marca, modelo, dimensões, material de fabricação, características funcionais, integridade, prazo de validade, garantia e compatibilidade com os motores e embarcações pertencentes à Administração.

Quando necessário, poderão ser realizados testes ou verificações de encaixe, ajuste e funcionamento antes do recebimento definitivo, especialmente para capas, hélices e demais produtos cuja conformidade dependa da compatibilidade com equipamentos existentes.

Os produtos em desconformidade serão rejeitados, cabendo à Contratada promover sua substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela Administração não excluirão nem reduzirão a responsabilidade da Contratada pela qualidade, adequação e compatibilidade dos produtos fornecidos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

7.1.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

7.1.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

7.1.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.1.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

A Contratada deverá indicar representante responsável pela comunicação com a Administração durante a execução do fornecimento, mantendo atualizados seus dados de contato.

A Administração poderá solicitar, mediante justificativa, a substituição do representante indicado quando sua atuação se mostrar inadequada ao regular acompanhamento da contratação.

Não será exigida a permanência física de representante ou preposto nas dependências da Administração.

7.3. INDICAÇÃO DOS SERVIDORES QUE EXERCERÃO A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Para fins de instrução processual e em cumprimento ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em atendimento às orientações da Controladoria - Geral do Município (ID 3693828) quanto à necessidade de designação de equipe de fiscalização para a formalização de instrumentos contratuais, informo que serão indicados os servidores abaixo para Gestor e Fiscal:

- **Gestor:** Niely Cunha Mares, Matrícula nº 20045
- **Fiscal:** Kênnidy Gomes Felix, Matrícula nº 20327
- **Suplente:** Silvana Nascimento Cavalcante de Moraes, Matrícula nº 17623

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

Em caso de materiais que precisam ser substituídos, o prazo para recebimento definitivo só será computado após a substituição dos materiais e poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, incompatibilidades, desconformidades ou obrigações de garantia identificadas posteriormente, observados os prazos e condições previstos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será por **LOTE**.

9.1.1. DA COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Para fins de análise da aceitabilidade da proposta, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando expressamente exigido pelo pregoeiro, documentação técnica suficiente para permitir a identificação do produto ofertado e a verificação objetiva de sua conformidade.

Poderão ser apresentados catálogos, fichas técnicas, manuais, páginas oficiais do fabricante, imagens acompanhadas das respectivas especificações ou documentos técnicos equivalentes.

A documentação deverá guardar correspondência com a marca, fabricante, modelo ou referência informada na proposta.

Para as capas de proteção e hélices, poderá ser exigida documentação que permita verificar as características dimensionais, materiais empregados e compatibilidade com os motores ou embarcações pertencentes à frota municipal.

Para o óleo lubrificante náutico, deverá ser possível verificar o atendimento ao padrão TC-W3 ou equivalente previsto na especificação.

A documentação prevista neste item constitui requisito de análise da proposta e não documento de habilitação.

9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

Nos lotes submetidos à ampla concorrência será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observados os procedimentos e prazos definidos na legislação e no Edital.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária limitada – LTDA, inclusive sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral igual ou superior a 1

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns e de baixa complexidade operacional, cujas características e requisitos de qualidade podem ser aferidos objetivamente por meio das especificações, documentação técnica e verificação dos produtos entregues, não será exigida apresentação de atestados de capacidade técnica.

A dispensa da exigência busca evitar a imposição de condição de habilitação desnecessária ou desproporcional ao objeto, preservando a competitividade e a ampla participação no certame, sem prejuízo da obrigação do fornecedor de comprovar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DEVERES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar à Contratada as informações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais, especialmente quanto ao local, horário de entrega e demais condições previstas neste Termo de Referência.

11.2. Receber os materiais provisoriamente, por meio do fiscal, responsável pelo almoxarifado ou comissão designada, para verificação inicial da conformidade com a Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho, proposta apresentada e especificações constantes deste Termo de Referência.

11.3. Realizar a conferência dos materiais entregues, verificando quantidade, qualidade, compatibilidade, integridade, documentação técnica eventualmente exigida e atendimento às especificações previstas neste instrumento.

11.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer outra desconformidade que comprometa sua utilização.

11.5. Comunicar formalmente à Contratada eventuais falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos materiais entregues, fixando prazo razoável para substituição, correção ou regularização, sem ônus para a Administração.

11.6. Efetuar o recebimento definitivo dos materiais após a verificação de conformidade com as exigências deste Termo de Referência e da proposta aceita.

11.7. Efetuar o pagamento devido à Contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, a regular liquidação da despesa, a apresentação da documentação fiscal pertinente e a ordem cronológica de pagamentos.

11.8. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade da Contratada pela qualidade, conformidade e adequação dos materiais fornecidos.

11.9. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DEVERES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer os materiais conforme as especificações, quantidades, marcas de referência ou equivalentes, padrões mínimos de qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta aceita e na respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

12.2. Entregar os materiais no local indicado pela Administração, dentro do prazo estabelecido, arcando com todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive transporte, embalagem, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos incidentes.

12.3. Fornecer produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de conservação, funcionamento e utilização, livres de defeitos, avarias, vícios, danos aparentes ou ocultos, e adequados à finalidade a que se destinam.

12.4. Garantir que os produtos ofertados como equivalentes ou superiores às marcas de referência atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, apresentando, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, manual, declaração do fabricante ou documento equivalente.

12.5. Responsabilizar-se pela compatibilidade das hélices, capas, acessórios e demais itens com os motores, embarcações e equipamentos indicados pela Administração, promovendo a substituição do item incompatível, quando constatada desconformidade, sem ônus para a Contratante.

12.6. Fornecer o óleo lubrificante náutico em embalagem original, lacrada, identificada pelo fabricante, com especificação técnica, tipo de aplicação, data de fabricação e prazo de validade, observando o prazo mínimo de validade remanescente exigido neste Termo de Referência.

12.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais entregues em desacordo com as especificações, com defeitos, avarias, incompatibilidade técnica ou qualquer irregularidade constatada pela fiscalização, no prazo fixado pela Administração.

12.8. Comunicar à Contratante, por escrito, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa antes do vencimento do prazo, para análise da Administração.

12.9. Manter, durante o fornecimento, as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, quando aplicável.

12.10. Responder pelos danos comprovadamente causados à Administração ou a terceiros em razão de defeito do produto, entrega inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas, nos limites da legislação aplicável.

12.11. Indicar e manter atualizados, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, endereço eletrônico, telefone, número de WhatsApp institucional ou outro meio formal de comunicação, bem como nome do representante com poderes para receber notificações, comunicações e solicitações da Administração.

12.12. Cumprir as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis aos produtos fornecidos, especialmente quanto à qualidade, identificação, embalagem, validade, transporte e garantia dos materiais.

12.13. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a administração de quaisquer ônus e responsabilidades;

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

17.1. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

19. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

20. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao Mapa de Riscos elaborado para a presente contratação, foram identificados eventos capazes de comprometer a competitividade do certame, a adequada seleção do fornecedor e a regular execução do objeto, especialmente aqueles relacionados à baixa participação de fornecedores especializados, à oferta de produtos incompatíveis com os equipamentos pertencentes à frota municipal, à aceitação de materiais equivalentes sem comprovação técnica suficiente, à apresentação de propostas potencialmente inexequíveis, à análise incompleta dos documentos técnicos, ao atraso na entrega, ao fornecimento de materiais com qualidade, validade ou garantia inferiores às exigidas, à não substituição tempestiva de itens recusados e a falhas na conferência e no recebimento dos produtos. Diante desses riscos, foram incorporadas ao processo e ao presente Termo de Referência medidas preventivas, de controle e de resposta destinadas a reduzir a probabilidade de ocorrência e os impactos decorrentes dessas situações.

Para mitigação dos riscos relacionados à competitividade e à adequada formação da contratação, foram promovidas a revisão e a adequação das especificações técnicas, o aperfeiçoamento da descrição dos itens, a reavaliação da divisão do objeto, a atualização da estimativa de preços e a revisão das condições de fornecimento, considerando, inclusive, as ocorrências verificadas no procedimento administrativo anterior. Essas providências buscaram tornar as descrições mais objetivas, compatíveis com a realidade do mercado e suficientes para caracterizar a necessidade da Administração sem impor restrições desnecessárias à participação de fornecedores. Também foi adotada a divisão do objeto em lotes conforme a afinidade técnica e funcional dos itens, de modo a conciliar eficiência operacional, competitividade e adequada gestão do fornecimento.

Quanto aos riscos de fornecimento de produtos incompatíveis ou tecnicamente inadequados, o Termo de Referência estabelece parâmetros mínimos de qualidade, resistência, acabamento, desempenho e compatibilidade, admitindo produtos equivalentes ou superiores às marcas de referência desde que comprovado o atendimento integral às especificações estabelecidas. A Administração poderá exigir catálogo, ficha técnica, manual, imagem, declaração de compatibilidade ou outro documento técnico idôneo, quando necessário, bem como promover diligências para esclarecimento de dúvidas e verificar a compatibilidade dos itens antes de sua aceitação definitiva. Especial atenção deverá ser dispensada às capas e às hélices, cuja adequação aos motores e embarcações pertencentes à SEMEAGRO constitui requisito essencial para o recebimento, ficando a contratada obrigada a substituir, sem ônus para a Administração, qualquer material que se revele incompatível ou inadequado à finalidade pretendida.

Na fase de julgamento das propostas, eventual indício de inexecuibilidade, incompatibilidade de preço com a qualidade exigida ou insuficiência da documentação técnica deverá ser objeto de análise específica, podendo a Administração realizar diligências e solicitar esclarecimentos ou documentação complementar admitida pela legislação, de modo a verificar a efetiva viabilidade do fornecimento e a aderência do produto ofertado às condições estabelecidas no instrumento convocatório. A análise deverá ser registrada nos autos, especialmente nos casos em que houver necessidade de confirmar equivalência técnica, compatibilidade, validade, garantia, características construtivas ou demais requisitos essenciais ao adequado atendimento da necessidade administrativa.

Durante a execução contratual, a mitigação dos riscos será realizada mediante acompanhamento do prazo de entrega, fiscalização do fornecimento, conferência quantitativa e qualitativa dos materiais e verificação de sua compatibilidade, integridade, validade, garantia e condições físicas. Os materiais serão recebidos provisoriamente para posterior conferência e poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência ou da proposta, devendo a contratada proceder à substituição no prazo estabelecido, às suas expensas e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação da conformidade

do objeto, mediante termo detalhado, permanecendo o pagamento condicionado ao regular aceite e à certificação da despesa pela Administração.

Deverá ainda ser mantido registro das ocorrências verificadas durante a execução, com emissão de notificações quando constatadas irregularidades e fixação de prazo para sua correção, cabendo ao fiscal e ao gestor do contrato acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas e adotar as providências necessárias diante de eventual inadimplemento. A contratada deverá manter as condições de habilitação aplicáveis, prestar as informações necessárias à fiscalização e substituir ou corrigir, às suas expensas, os materiais que apresentem defeitos, avarias, incompatibilidade técnica, desconformidade ou qualquer outra irregularidade constatada pela Administração.

Por fim, registra-se que os riscos identificados no Mapa de Riscos foram tratados mediante a adoção de medidas preventivas, mecanismos de controle e providências de resposta compatíveis com a natureza da contratação, distribuídas entre as fases de seleção do fornecedor e execução contratual. As soluções adotadas buscam reduzir a ocorrência de falhas, evitar a incorporação de materiais inadequados ao patrimônio público, preservar a competitividade, assegurar a adequada utilização dos recursos públicos e conferir maior segurança jurídica e eficiência à contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 9 de outubro de 2026.

CLEVERSON BARBOSA

Secretária Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente

Elaborado por:
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO
ASSESSOR DE EXPEDIENTE DE COMPRAS

**APÊNDICE DO ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU - RO
Estudo Técnico Preliminar 278/2026**

1. Informações Básicas

Número do processo: 1-13549/2026

2. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente – SEMEAGRO. Esses bens são utilizados em atividades de fiscalização ambiental no Rio Jaru, monitoramento de áreas ribeirinhas, orientação sanitária, apoio à Defesa Civil em situações de enchentes e outras ocorrências emergenciais, bem como em ações e eventos institucionais relacionados à promoção ambiental e turística do Município.

Em razão da exposição frequente ao sol, à chuva, à umidade, à poeira e às condições próprias das atividades fluviais, torna-se necessária a aquisição de acessórios, peças e materiais náuticos destinados à proteção, ao transporte, à manutenção e ao adequado funcionamento desses equipamentos. A ausência de capas de proteção, carrinhos para transporte dos motores, hélices compatíveis, óleo náutico apropriado e assentos adequados pode provocar desgaste prematuro, danos aos motores e às embarcações, aumento das despesas com manutenção corretiva e interrupção das atividades desenvolvidas pela Secretaria.

Dessa forma, a contratação pretende assegurar a disponibilidade operacional dos equipamentos, proporcionar maior segurança aos servidores durante sua utilização, preservar o patrimônio público e ampliar a vida útil dos bens. Busca-se, ainda, reduzir o risco de paralisações e garantir a continuidade das ações ambientais, emergenciais e institucionais executadas pela SEMEAGRO durante o período de vigência da contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO	CLEVERSON BARBOSA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os acessórios, as peças e os materiais náuticos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, possuir qualidade adequada e atender integralmente às especificações, às unidades de fornecimento e aos quantitativos definidos nos documentos da contratação. Os produtos deverão apresentar resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com as condições de utilização em ambiente fluvial, considerando a exposição à umidade, à incidência solar, à chuva, à poeira, às variações de temperatura e ao transporte frequente das embarcações e dos motores.

As capas destinadas às embarcações e aos motores deverão possuir dimensões compatíveis com os respectivos equipamentos, oferecer proteção contra intempéries e ser confeccionadas em material resistente e apropriado ao uso externo. Os carrinhos desmontáveis deverão suportar com segurança motores de popa de até 30 HP, possuir estrutura estável e facilitar sua movimentação e armazenamento. As hélices deverão ser compatíveis com a potência, o encaixe e as características técnicas dos motores das marcas e modelos utilizados pela SEMEAGRO, de modo a assegurar seu correto funcionamento sem provocar danos aos equipamentos.

O óleo náutico deverá ser específico para motores de popa de dois tempos, atender à classificação TC-W3 e ser fornecido em embalagem original, lacrada, devidamente identificada e dentro do prazo de validade. Os assentos deverão apresentar estrutura resistente, mecanismo giratório e dobrável em condições adequadas de funcionamento, proporcionando segurança e conforto durante as atividades realizadas nas embarcações.

Todos os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, identificados e acompanhados das informações técnicas necessárias à verificação de sua conformidade. Não serão aceitos materiais usados, reconicionados,

remanufaturados, danificados ou incompatíveis com os equipamentos existentes. A contratada deverá substituir, sem custos adicionais para a Administração, os itens que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades ou incompatibilidade com as especificações estabelecidas, observados os prazos e as condições definidos no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade, foram consideradas as soluções disponíveis no mercado relacionadas à proteção, conservação, manutenção e utilização das embarcações e dos motores de popa pertencentes à SEMEAGRO. Verificou-se que os acessórios, as peças e os materiais náuticos pretendidos são comercializados por empresas especializadas em produtos náuticos, oficinas e revendedores de motores de popa, lojas de equipamentos para pesca e navegação, além de fornecedores que atuam por meio do comércio eletrônico, existindo disponibilidade de produtos com diferentes características, fabricantes e faixas de preços.

Entre as alternativas avaliadas, considerou-se a possibilidade de manutenção dos equipamentos apenas quando surgissem defeitos ou desgastes. Essa opção, contudo, apresenta caráter predominantemente corretivo, podendo elevar os custos, reduzir a vida útil dos bens e ocasionar a indisponibilidade das embarcações em períodos de necessidade. Também foi considerada a contratação de serviços de locação de embarcações e equipamentos náuticos, solução que não se mostra adequada, tendo em vista que a Administração já possui embarcações, carretinhas e motores de popa próprios, necessitando apenas dos acessórios, das peças e dos materiais indispensáveis à sua proteção e manutenção.

A aquisição dos produtos apresenta-se como a alternativa mais adequada, pois permite equipar os bens existentes, realizar a reposição de componentes sujeitos a desgaste e manter reserva técnica para situações de avaria ou necessidade de substituição. A solução proporciona maior autonomia à Secretaria, reduz o risco de paralisação das atividades e contribui para a conservação do patrimônio público, sem gerar os custos continuados próprios de uma locação.

Considerando que os produtos possuem características usuais de mercado e podem ser fornecidos por diferentes empresas do ramo, a solução favorece a competitividade e possibilita a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se compatível com a natureza futura e eventual da demanda, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da SEMEAGRO e durante o período de vigência da ata.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de acessórios, peças e materiais náuticos destinados às duas embarcações, às duas carretinhas rodoviárias e aos dois motores de popa pertencentes à SEMEAGRO. As aquisições serão realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Secretaria, durante o período de 12 meses, de modo a manter os equipamentos protegidos, conservados e disponíveis para utilização nas atividades institucionais.

A contratação compreenderá o fornecimento de capas para proteção das embarcações e dos motores de popa, assentos giratórios e dobráveis, óleo náutico TC-W3 para motores de dois tempos, carrinhos desmontáveis para movimentação dos motores e hélices compatíveis com os equipamentos existentes. Esses materiais atenderão conjuntamente às necessidades de proteção contra sol, chuva, poeira e umidade, manutenção preventiva, reposição de componentes sujeitos a desgaste, transporte seguro dos motores e melhoria das condições de conforto e segurança durante as operações fluviais.

Os produtos deverão ser novos, resistentes, duráveis e compatíveis com as características técnicas das embarcações e dos motores utilizados pela Secretaria. O fornecimento abrangerá a entrega dos itens devidamente acondicionados e identificados, a conferência de sua conformidade e a substituição daqueles que apresentarem defeitos, avarias ou incompatibilidade com as especificações estabelecidas.

A solução permitirá proteger o patrimônio público, prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzir ocorrências de manutenção corretiva e evitar a interrupção das atividades. Dessa forma, as embarcações e os motores permanecerão em condições adequadas para as ações de fiscalização ambiental, monitoramento de áreas ribeirinhas, orientação sanitária, apoio à Defesa Civil em períodos de enchentes e demais atividades executadas pela SEMEAGRO.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos foi elaborada considerando os bens atualmente pertencentes à SEMEAGRO, constituídos por duas embarcações, duas carretinhas rodoviárias e dois motores de popa, bem como a necessidade de utilização, proteção, manutenção e reposição dos materiais durante o período de 12 meses. Por se tratar da primeira aquisição desses produtos, não há histórico anterior de consumo, razão pela qual o dimensionamento foi realizado com base na quantidade de equipamentos existentes, na frequência estimada de utilização e na necessidade de reserva técnica.

Foram estimadas 2 capas para motores de até 15 HP, 2 capas para motores de até 30 HP e 4 capas para embarcações de aproximadamente seis metros. Os quantitativos contemplam os itens necessários ao uso imediato e uma reserva para substituição em caso de desgaste, avaria ou perda decorrente da exposição ao sol, à chuva, à umidade, à poeira e às condições de transporte e utilização. Também foram previstos 10 assentos giratórios e dobráveis, em quantidade considerada suficiente para equipar as embarcações e proporcionar segurança e conforto aos servidores durante as atividades fluviais.

Para a manutenção dos motores, foram estimados 12 litros de óleo náutico TC-W3, considerando a utilização dos dois motores, a média prevista de deslocamentos durante os períodos de maior demanda e uma margem de segurança para evitar a interrupção das atividades. Foram previstos, ainda, 2 carrinhos desmontáveis, sendo um para cada motor de popa, a fim de possibilitar sua movimentação e armazenamento de forma segura.

Quanto às peças de reposição, foram estimadas 4 hélices para motores de 15 HP e 4 hélices para motores de 30 HP. O quantitativo considera a necessidade de atendimento aos equipamentos existentes e a manutenção de reserva técnica para substituição imediata em situações de desgaste ou avaria, reduzindo o risco de paralisação das embarcações. Dessa forma, os quantitativos foram dimensionados para atender à demanda estimada da Secretaria durante a vigência da contratação, sem representar obrigação de aquisição integral, considerando a utilização do Sistema de Registro de Preços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 11.947,18

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da aquisição é de R\$ 11.947,18 (Onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente viável, tendo em vista que os produtos possuem características distintas e podem ser fornecidos por diferentes empresas do ramo náutico. A divisão do objeto amplia a participação de fornecedores, favorece a competitividade e evita que empresas capacitadas para fornecer apenas parte dos materiais sejam impedidas de participar da licitação.

A contratação será organizada em dois lotes, reunidos conforme a natureza e a finalidade dos produtos. O primeiro lote compreenderá os materiais destinados à proteção e ao conforto náutico, incluindo as capas para embarcações e motores e os assentos giratórios e dobráveis. O segundo lote abrangerá os materiais relacionados à manutenção e à mecânica náutica, compreendendo o óleo TC-W3, os carrinhos para motores e as hélices de reposição.

O agrupamento dos itens correlatos em cada lote permite preservar a compatibilidade entre os produtos, facilitar o fornecimento, a conferência e a gestão das aquisições, sem comprometer a competitividade. Além disso, o Sistema de Registro de Preços possibilitará que os materiais sejam adquiridos de forma parcelada, conforme a demanda efetiva da SEMEAGRO, evitando aquisições desnecessárias, armazenamento excessivo e imobilização antecipada de recursos públicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da solução, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de acessórios, peças e materiais destinados a embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa que já pertencem à SEMEAGRO.

Embora possam existir outras aquisições ou serviços relacionados ao abastecimento, à manutenção e à utilização desses bens, tais contratações possuem objetos próprios e não condicionam o fornecimento dos materiais previstos neste Estudo Técnico Preliminar. Assim, a presente contratação poderá ser realizada e executada de forma autônoma, sem depender da conclusão de outro procedimento administrativo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao planejamento administrativo da SEMEAGRO, conforme a demanda formalizada na Proposta de Material e Serviço – PMS nº 45/2026, destinada ao atendimento das atividades previstas para o período de 12 meses. O objeto integra as ações de conservação e manutenção dos bens públicos utilizados pela Secretaria e contribui para a continuidade dos serviços ambientais, emergenciais e institucionais sob sua responsabilidade.

A aquisição dos acessórios, das peças e dos materiais náuticos está diretamente relacionada às atividades de fiscalização ambiental no Rio Jaru, monitoramento de áreas ribeirinhas, orientação sanitária, apoio à Defesa Civil em situações de enchentes e participação em ações e eventos promovidos pelo Município. A manutenção das embarcações e dos motores em condições adequadas de funcionamento constitui medida necessária para que essas atividades sejam executadas com segurança e eficiência.

A adoção do Sistema de Registro de Preços também se mostra compatível com o planejamento da contratação, pois permite o atendimento das demandas futuras e eventuais de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva e a disponibilidade orçamentária da Administração. Dessa forma, a contratação contribui para o uso racional dos recursos públicos, para a preservação do patrimônio municipal e para o alcance dos objetivos institucionais da SEMEAGRO.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proporcionará melhores condições de proteção, conservação, manutenção e utilização das embarcações, carretinhas rodoviárias e motores de popa pertencentes à SEMEAGRO. O uso de capas adequadas reduzirá a exposição dos bens ao sol, à chuva, à umidade, à poeira e às demais condições que provocam desgaste prematuro, contribuindo para a preservação de sua estrutura e de seus componentes.

A disponibilidade de óleo náutico apropriado, hélices compatíveis e carrinhos para transporte dos motores permitirá a realização de cuidados preventivos, a substituição imediata de componentes danificados e a movimentação segura dos equipamentos. Os assentos giratórios e dobráveis proporcionarão maior conforto, estabilidade e segurança aos servidores durante as atividades realizadas nas embarcações.

Entre os benefícios esperados estão a ampliação da vida útil dos bens públicos, a redução das despesas com manutenções corretivas, a diminuição do risco de avarias e paralisações e a manutenção da disponibilidade operacional dos equipamentos. A aquisição também contribuirá para o uso mais eficiente dos recursos públicos, evitando prejuízos decorrentes da deterioração ou da indisponibilidade dos bens.

Como resultado, a SEMEAGRO terá melhores condições para executar fiscalizações ambientais, monitorar áreas ribeirinhas, prestar apoio à Defesa Civil durante enchentes, realizar orientações sanitárias e atender às demais ações institucionais que dependam do deslocamento fluvial, garantindo maior continuidade, segurança e eficiência na prestação dos serviços públicos.

13. Providências a serem Adotadas

Recomenda-se que a Secretaria informe de forma detalhada o endereço do local de entrega, indicando logradouro, número, bairro, município, CEP e demais referências necessárias, a fim de garantir clareza aos fornecedores e evitar dificuldades durante a entrega dos materiais.

Recomenda-se que a Secretaria registre que o presente processo foi instaurado em razão do fracasso dos dois lotes em procedimento anterior, indicando o número do respectivo processo e detalhando as causas que levaram ao resultado. Deverão ser informadas, ainda, as providências adotadas para corrigir as falhas identificadas e evitar novo fracasso, tais como eventual revisão das especificações, dos valores estimados, da divisão dos lotes, das condições de fornecimento ou das exigências da contratação.

Recomenda-se que a Secretaria apresente justificativa específica para a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, demonstrando sua adequação às características da contratação, especialmente quanto à necessidade de aquisições

futuras e parceladas, à impossibilidade ou inconveniência de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado e/ou à conveniência de atendimento das necessidades conforme sua efetiva ocorrência, evidenciando as vantagens do SRP em relação à contratação imediata da totalidade estimada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais relacionados à contratação decorrem da fabricação e do transporte dos acessórios, peças e materiais náuticos, da geração de embalagens e do descarte de capas, assentos, hélices, recipientes de óleo e demais componentes substituídos. Também poderão ocorrer impactos decorrentes do uso dos motores de popa, como emissão de gases, ruídos e risco de derramamento de óleo ou combustível no solo e nos cursos d'água.

Esses impactos poderão ser reduzidos mediante a aquisição de produtos novos, resistentes, duráveis e compatíveis com os equipamentos existentes, evitando substituições frequentes e a geração desnecessária de resíduos. O óleo náutico deverá ser adequado aos motores de dois tempos e atender à classificação TC-W3, contribuindo para o funcionamento eficiente dos equipamentos e para a redução da formação de resíduos e emissões decorrentes do uso de produto inadequado.

As embalagens deverão ser limitadas ao necessário para a proteção dos materiais, com preferência por aquelas recicláveis ou reutilizáveis. Os recipientes de óleo, as peças substituídas, as hélices danificadas e os demais resíduos gerados deverão ser separados, armazenados de forma segura e encaminhados para reutilização, reciclagem, logística reversa ou destinação ambientalmente adequada, conforme a natureza de cada material.

O óleo usado, os recipientes contaminados e eventuais resíduos de combustível não deverão ser descartados no solo, na rede de esgoto ou nos cursos d'água. A manutenção preventiva dos motores, o transporte adequado e a inspeção dos equipamentos antes de cada utilização contribuirão para prevenir vazamentos, reduzir o consumo excessivo de combustível e minimizar os impactos ambientais relacionados às atividades náuticas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Declara-se viável, com restrições, o prosseguimento da presente contratação, considerando que a solução proposta se mostra adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

O prosseguimento fica condicionado ao saneamento das providências apontadas na fase preparatória, especialmente quanto à consolidação das informações, adequação dos documentos e definição clara das condições de execução.

Saneadas as pendências, declara-se viável o prosseguimento da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NICOLAS NISSOLA DIAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



Assinou eletronicamente em 31/08/2026 às 16:29:52.

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/PMJ/2026
Modelo de Proposta Comercial
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: () SIM () NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data: de de 2026.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/PMJ/2026
PROCESSO Nº 13549/PMJ/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026**

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) de Técnico (a) de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços visando a futura e eventual AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS, PEÇAS E MATERIAIS NÁUTICOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/PMJ/2026**.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. PRAZO DE ENTREGA

7.1.1. O fornecimento e a entrega do objeto contratado deverão ser efetuados no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, aplicável às empresas sediadas dentro ou fora do Estado, contados a partir do recebimento da respectiva **Nota de Empenho ou do Instrumento Contratual**, se houver. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que a solicitação seja formalmente justificada pela contratada, analisada e expressamente aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação da necessidade, sem prejuízo do interesse público.

7.2. FORMA DE ENTREGA

7.2.1. Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na **AV. Antelno Costa Fraga Nº 2283 Jardim Novo Estado, Linha 605 - CEP.: 76890-000 Jaru/RO**. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento provisório.

7.3.4. Em caso de materiais que precisam ser substituídos, o prazo para recebimento definitivo só será computado após a substituição dos materiais e poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere-se à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, incompatibilidades, desconformidades ou obrigações de garantia identificadas posteriormente, observados os prazos e condições previstos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, quando aplicável, e atender integralmente às especificações, dimensões, características funcionais, condições de compatibilidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.4.2. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação e utilização, sem avarias, defeitos, deformações, sinais de uso ou quaisquer características que comprometam sua funcionalidade, resistência, segurança ou finalidade.

7.4.3. Quando a especificação admitir produto equivalente às marcas utilizadas como referência, a equivalência será aferida mediante comparação objetiva com as características técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4.4. Caso sejam constatados vícios, defeitos, incompatibilidades ou desconformidades, inclusive aqueles identificados somente durante a instalação ou utilização do produto, a Contratada deverá promover sua substituição ou regularização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.4.5. Os produtos deverão observar, quando aplicável, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e demais normas técnicas e legais pertinentes.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Administração, ou por seu respectivo substituto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.2. A fiscalização verificará o cumprimento das condições previstas neste Termo de Referência, na proposta aceita, na Ata de Registro de Preços, na Ordem de Fornecimento e nos demais instrumentos que formalizem a contratação.

7.5.3. Serão conferidos, conforme aplicável a cada item, quantidade, marca, modelo, dimensões, material de fabricação, características funcionais, integridade, prazo de validade, garantia e compatibilidade com os motores e embarcações pertencentes à Administração.

7.5.4. Quando necessário, poderão ser realizados testes ou verificações de encaixe, ajuste e funcionamento antes do recebimento definitivo, especialmente para capas, hélices e demais produtos cuja conformidade dependa da compatibilidade com equipamentos existentes.

7.5.5. Os produtos em desconformidade serão rejeitados, cabendo à Contratada promover sua substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

7.5.6. O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela Administração não excluirão nem reduzirão a responsabilidade da Contratada pela qualidade, adequação e compatibilidade dos produtos fornecidos.

7.6. COMPATIBILIDADE DAS CAPAS DE PROTEÇÃO PARA MOTORES E EMBARCAÇÃO

7.6.1. As capas de proteção a serem fornecidas deverão ser compatíveis com os motores de popa e embarcações pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, devendo atender às condições de uso em ambiente externo e exposição a intempéries.

I - Capas para motores de popa:

- a) deverão ser compatíveis com motores de popa de até 15 HP e até 30 HP, considerando as dimensões e formatos dos equipamentos utilizados pela Administração;
- b) deverão ser confeccionadas em lona náutica, poliéster com revestimento em PVC ou material equivalente, com características impermeáveis;
- c) deverão possuir resistência à exposição solar (raios UV), poeira e umidade;
- d) deverão dispor de sistema de fixação adequado, podendo ser por elástico, cordão ajustável, velcro ou mecanismo equivalente, que assegure ajuste firme ao equipamento;
- e) poderão apresentar variação dimensional, desde que não comprometam a funcionalidade, proteção e adequação ao uso;
- f) poderão possuir forro interno ou acabamento acolchoado, desde que mantida a impermeabilidade.

II - Capas para embarcação:

- a) deverão ser compatíveis com embarcações de aproximadamente 6 metros de comprimento;
- b) deverão ser confeccionadas em material impermeável, resistente a raios UV e com tratamento antifúngico;
- c) deverão possuir sistema de ventilação ou respiro, visando evitar acúmulo de umidade;
- d) deverão garantir proteção contra poeira, chuva e exposição solar.

7.6.2. O fornecedor deverá garantir a compatibilidade das capas com os equipamentos utilizados pela Administração, responsabilizando-se pela substituição dos itens que não se ajustarem adequadamente, sem ônus à Administração.

7.6.3. Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou imagem do produto ofertado.

7.6.4. A não conformidade quanto à funcionalidade, ajuste ou qualidade do material implicará na recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

7.7. COMPATIBILIDADE DAS HÉLICES COM OS MOTORES DE POPA

7.7.1. As hélices a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com os motores de popa pertencentes à frota municipal da SEMEAGRO, sendo:

- I - Motor de popa 15 HP, marca Hidea;
II - Motor de popa 30 HP, marca Anmax.

7.7.2. As hélices deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- a) fabricação em material resistente adequado ao uso náutico (ex.: alumínio naval ou equivalente);
b) configuração compatível com motores de popa de 3 pás;
c) dimensões aproximadas de diâmetro e passo (pitch) conforme especificado no Termo de Referência;
d) sistema de fixação compatível com o eixo do motor.

7.7.3. O fornecedor deverá garantir a plena compatibilidade das hélices com os motores indicados, responsabilizando-se integralmente pela substituição do item, sem ônus à Administração, caso seja constatada incompatibilidade no momento da instalação ou uso.

7.7.4. Para fins de aceitação, a Administração poderá exigir a apresentação de catálogo técnico, ficha do fabricante ou declaração formal de compatibilidade emitida pelo fornecedor.

7.7.5. A Administração poderá, ainda, realizar verificação prévia da compatibilidade antes do recebimento definitivo do material.

7.7.6. O não atendimento aos requisitos de compatibilidade implicará recusa do item e aplicação das sanções cabíveis.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, ataindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/PMJ/2026
TERMO DE COMPROMISSO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em **FIRMAR CONTRATOS** dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

e) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

f) Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

d) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

h) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

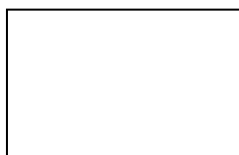
DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2026

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2026

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: **de** **de 2026**

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)